



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
 RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

### SENTENÇA

Processo nº: **0011838-32.2016.8.26.0566 - Controle nº 2016/000754**  
 Classe - Assunto: **Cumprimento Provisório de Decisão - Fornecimento de Medicamentos**  
 Requerente: **Thomaz Henrique de Oliveira Gambin**  
 Requerido: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS e outro**

Vistos.

Trata-se de pedido de cumprimento provisório de sentença que reconheceu a exigibilidade de obrigação de fazer que **T.H.O.G.** promove em face da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO e da FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, objetivando o cumprimento da tutela de urgência já deferida.

Os requeridos foram intimados para o cumprimento da obrigação no prazo de 72 horas.

Não houve apresentação de impugnação.

Foi determinado o sequestro de verbas públicas suficientes para seis meses de tratamento, sendo os valores efetivamente levantados.

Houve comprovação de compra de parte da medicação com os valores bloqueados, sendo que o restante foi depositado em juízo.

Novo pedido de sequestro de verbas públicas foi interposto, tendo sido informado pelo exequente que o fornecimento do medicamento foi regularizado, requerendo-se a extinção do cumprimento de sentença.

Foram juntados comprovantes de levantamento dos valores excedentes pelos executados.

É o relatório.

Decido.

Considerando que o fornecimento da medicação foi regularizado, conforme mencionado pelo exequente, declaro satisfeita a obrigação e julgo extinto o presente cumprimento de sentença o que faço com fundamento no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.

Deixo de proceder a condenação da Fazenda do Estado de São Paulo em

**0011838-32.2016.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**

honorários advocatícios, ante o teor da Súmula 421 do Superior Tribunal de Justiça.

Não há condenação em custas processuais, ante o disposto no artigo 6º da Lei 11.608/2003.

Diante da regularização do fornecimento dos medicamentos antes da presente decisão, deixo de condenar o município ao pagamento de honorários advocatícios.

Após o trânsito em julgado, archive-se.

P.I.

São Carlos, 26 de março de 2018.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Claudio do Prado Amaral**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**